


A face encoberta dos estereótipos: o sexismo benevolente na reprodução das desigualdades sociais

The Covered Face of Stereotypes: Benevolent Sexism in the Reproduction of Social Inequalities

La cara encubierta de los estereotipos: el sexismo benevolente en la reproducción de las desigualdades sociales

 Marina Valentim Brasil¹

 Sabrina Daiana Cúnico²

 Angelo Brandelli Costa¹

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

² Universidade Feevale;
Universidade Salgado de Oliveira

Recebido: 19/03/2025

Aceito: 10/11/2025

Correspondência

Marina Valentim Brasil
marinavbr@hotmail.com

Como citar:

Brasil, M. V., Cúnico, S. D., & Costa, A. B. (2025). A face encoberta dos estereótipos: o sexismo benevolente na reprodução das desigualdades sociais. *Ciencias Psicológicas*, 19(2), e-4533.

<https://doi.org/10.22235/cp.v19i2.4533>

Financiamento: Este estudo não recebeu nenhum financiamento externo ou apoio financeiro.

Disponibilidade de dados: O conjunto de dados que embasa os resultados deste estudo não está disponível.

Conflito de interesse: Os autores declaram não ter conflito de interesse.

Resumo: O presente estudo buscou replicar em uma amostra brasileira de 245 indivíduos o instrumento Modelo do Conteúdo dos Estereótipos, mapeando os estereótipos produzidos em uma amostra de brasileiros do sul do país e acrescentando a variável gênero para os grupos sociais evocados. O instrumento prevê a comparação das dimensões Sociabilidade e Competência, as quais correspondem à simpatia ou à competitividade que os grupos sociais despertam. Os resultados demonstraram que as diferenças se deram mais frequentemente no favorecimento aos grupos masculinos. Os grupos sociais femininos apenas foram vistos como mais competentes e mais sociáveis que seus correspondentes masculinos no caso de Mulheres Desempregadas, Pobres e Negras. Discutimos, sob a ótica do racismo e do gênero, que os estereótipos também conservam normas sexistas, ora benevolentes ora hostis, como uma forma de transmissão de ideologias tradicionais, estimulando a manutenção de posições sociais que são úteis ao sistema social desigual.

Palavras-chave: estereótipos; sexismo; relações intergrupais; gênero; preconceito

Abstract: This study aimed to replicate the Stereotype Content Model instrument in a Brazilian sample of 245 individuals, mapping the stereotypes produced by participants from southern Brazil and adding the gender variable to the social groups evoked. The instrument compares the dimensions of Warmth and Competence, which correspond to the sympathy or competitiveness that social groups elicit. The results showed that the differences were more frequently in favor of male groups. Female social groups were only seen as more competent and warmer than their male counterparts in the case of Unemployed, Poor, and Black Women. From the perspective of racism and gender, we discuss that stereotypes also uphold sexist norms, sometimes benevolent and sometimes hostile, as a way of transmitting traditional ideologies, encouraging the maintenance of social positions that are beneficial to the unequal social system.

Keywords: stereotypes, sexism, intergroup relations, gender, prejudice



Resumen: Este estudio tuvo como objetivo replicar el instrumento Modelo del Contenido de los Estereotipos en una muestra brasileña de 245 personas, mapeando los estereotipos producidos en una muestra de brasileños del sur del país y agregando la variable género a los grupos sociales evocados. El instrumento prevé la comparación de las dimensiones Sociabilidad y Competencia, que corresponden a la simpatía o competitividad que los grupos sociales despiertan. Los resultados mostraron que las diferencias se dieron con más frecuencia en favor de los grupos masculinos. Los grupos sociales femeninos solo fueron vistos como más competentes y sociables que sus contrapartes masculinas en el caso de Mujeres Desempleadas, Pobres y Negras. Desde la perspectiva del racismo y género, discutimos que los estereotipos también conservan normas sexistas, algunas veces benevolentes y otras hostiles, como una forma de transmisión de ideologías tradicionales, estimulando el mantenimiento de posiciones sociales que son útiles al sistema social desigual.

Palabras clave: estereotipos; sexismo; relaciones intergrupales; género; prejuicio

Múltiplas teorias buscam explicar e operacionalizar o conceito de estereótipo. Elas diferenciam-se, prioritariamente, pela ênfase sobre a função exercida pela categorização das imagens estereotipadas. Os estudos sobre estereótipos têm seu início com Walter Lippmann (1922), que descrevia que o estereótipo “conta-nos sobre o mundo antes de o vermos. Imaginamos a maior parte das coisas antes de as experimentarmos” (p. 91). Para o autor, os estereótipos contêm os núcleos da nossa tradição pessoal e funcionam como defesas da posição que ocupamos na sociedade. Por isso, acrescenta: “não surpreende, portanto, que qualquer distúrbio dos estereótipos pareça um ataque aos fundamentos do universo” (p. 96). Há, em Lippmann, a ideia de que os estereótipos antecedem a relação do indivíduo com o mundo, funcionando como um repertório de impressões fixas que moldam a percepção antes mesmo da experiência direta. O estereótipo, além de poupar tempo na vida cotidiana, atua como uma forma de defesa da posição que ocupamos na sociedade. Ele nos preserva, ainda, do efeito desconcertante de tentar ver o mundo de maneira íntegra e contínua —de encará-lo em toda a sua complexidade e variabilidade.

Outro autor que se debruçou sobre a função dos estereótipos foi Allport (1954), que entendia o estereótipo como uma forma de economia mental, definindo-o como fruto de um processo cognitivo rígido e inevitável. O autor parte da concepção de que o fenômeno é, a priori, individual, justamente para facilitar o convívio social. Assim, criamos formas de compreensão do mundo observando um traço específico daquilo que é observado. Esse traço marca um tipo conhecido, e o resto da imagem é preenchida por esquemas pré-concebidos. As ideias de Allport deram espaço a investigações posteriormente denominadas estudos da cognição social, perspectiva que compreende os estereótipos como crenças socialmente compartilhadas que direcionam recursos mentais e guiam a codificação e a recuperação das informações na memória. Segundo tal, os estereótipos emergem e se desenvolvem por uma necessidade cognitiva fundamental de simplificar o ambiente social por meio da categorização de grupos (Thiele, 2022).

A percepção sobre estereótipos serem processos subjetivos no qual o indivíduo percebe, compreende e justifica uma estrutura ou situação existente com a intenção de que seja mantida é a defendida por diferentes autores (Jost & Banaji, 2020; Liaquat & Jost, 2023; Rubin et al., 2023). Estes argumentam que tais categorizações não são simples, e estão a serviço de fundamentar forças ideológicas e controle social que não operariam, no entanto, a fim de proteger o interesse do indivíduo ou do grupo. Pelo contrário, segundo essa perspectiva, tal justificação estaria a serviço da preservação de uma estrutura social maior, mesmo que implique danos psicológicos e materiais para indivíduos e grupos desfavorecidos, dando maior relevância ao pano de fundo desses processos.

Por essa perspectiva, a função dos estereótipos também estaria ligada à preservação do *statu quo*, e, por essa razão, a manutenção de sistemas sociais desiguais, tal qual defendido por Tajfel (1984) e posteriormente aprofundado por Yzerbyt et al. (1997). Essa é a função apresentada na teoria da Dominância Social (Ho et al., 2012), que demonstra que os valores são mantidos pelos sujeitos que ocupam uma posição dominante, mas também pelos que se encontram subordinados, mesmo que de forma não racionalizada. É na forma de valor social que a teoria da Dominância Social busca fazer uma integração entre teorias psicológicas e sociológicas sobre os processos que envolvem o preconceito e a discriminação, partindo da concepção de que a sociedade se organiza a partir de uma perspectiva de hierarquias sociais e, sendo assim, consiste em um pequeno sistema de grupos dominantes e hegemônicos no topo, com grupos subordinados abaixo, em uma pirâmide social, revelando sistemas hierárquicos com alto grau de estabilidade (Kleppesto et. al, 2024). Os grupos hegemônicos podem ser

constituídos a partir de valor social ou político, ou de acesso a recursos de forma superior ou mais positiva em detrimento de outros grupos (Giger et al., 2015).

Outra perspectiva dá maior destaque para as relações decorrentes da autopercepção de sujeitos ao pertencimento de grupos. A partir da disputa por recursos, a competição entre grupos tende a intensificar a moral, a coesão e a cooperação intragrupal (entre semelhantes). Esta lógica serve de base para a teoria da Identidade Social proposta por Tajfel e Turner (1979). Os estereótipos, nessa perspectiva, ficariam a serviço de acentuar as semelhanças do endogrupo (grupo de pertença) e realçar as diferenças intergrupais (os exogrupos) como naturais, refletindo assim a realidade da relação entre grupos. A variável do comportamento se daria a partir da premissa de que, quanto mais intenso for o conflito intergrupar, maior a probabilidade de que os indivíduos identificados com grupos opostos se comportem a serviço de suas associações grupais (Tajfel & Turner, 1979). Da mesma forma, existiria uma tendência de que os indivíduos percebam os integrantes dos exogrupos de forma homogeneizada, ao contrário da percepção sobre seus pares do endogrupo, que seriam vistos como detentores de maior heterogeneidade. Isto resulta em que os percebidos como de exogrupos sejam alvo de mais percepções estereotipadas em comparação com indivíduos do grupo de pertença (Böhm et al., 2020).

O presente estudo apoia-se na afirmação de que ainda que sejam uma forma de “economia mental”, como afirmam Allport e autores da cognição social, os estereótipos estão a serviço da conservação de relações sociais desiguais, de grupos socialmente dominantes e de conflitos de interesse, tal como afirmado pelos autores da teoria da Identidade Social. Como já afirmaram Tajfel e Turner (1979), sempre que a estratificação social for baseada em uma divisão social de recursos escassos — como poder, prestígio ou patrimônio— o etnocentrismo será a base da relação entre grupos mais ou menos favorecidos. E com isto os estereótipos acabariam sendo uma forma de justificação de expressões preconceituosas (Böhm et al., 2020).

A partir da lógica do pertencimento e da relação entre grupos, Fiske et al. (2002) sugerem que o observador deseja saber qual a intenção do outro, seja ela positiva ou negativa, e posteriormente suas capacidades de competição por recursos na sociedade. A partir disto, desenvolveram o *Stereotype Content Model*, que traduzimos como Modelo do Conteúdo de Estereótipos (MCE). Esse modelo se propõe a mapear o conteúdo das percepções estereotipadas de grupos sociais, e utiliza-se de duas dimensões avaliativas: Sociabilidade (*Warmth*) e Competência (*Competence*) (Fiske et al., 2002; Fiske & North, 2015; Nicolas et al., 2022; Operario & Fiske, 2001; Schofield et al., 2022).

De acordo com o MCE, a Sociabilidade (S) diz respeito a percepção de intenção do sujeito observado e do grupo no qual ele é alocado pelo observador, e a Competência (C) corresponde ao grau de capacidade de ação que o sujeito observado parece possuir. Na esfera das relações sociais, o MCE também evidencia que percepções muito elogiosas sobre uma das dimensões não necessariamente são qualificadoras, pois podem também conter uma diminuição da qualificação através da outra dimensão. Ou seja, um grupo pode despertar simpatia (valor maior em S), mas desrespeito (valor menor em C), ou o contrário; podem ser vistos como pessoas antipáticas (menor S), mas vistas com respeito (maior C) (Canton et al., 2023; Nicolas et al., 2022; Schofield et al., 2022).

Os grupos sociais que frequentemente são percebidos no primeiro quadrante ($S > C$) são, por exemplo, donas de casa, idosos ou pessoas com deficiência. Do segundo quadrante ($C > S$), frequentemente, por exemplo há as mulheres “não tradicionais” (que trabalham fora de casa e/ou feministas), ou pessoas de origem asiática ou judaica (Fiske et al., 2002; Fiske & North, 2015). Em subgrupos envolvendo a categoria mulheres, observa-se tanto percepções de grupo derivadas de inveja, como a percepção de que mulheres de grupos femininos não tradicionais (como mulheres com carreira, feministas, lésbicas ou atletas) são desagradáveis, antipáticas e dominantes, quanto percepções distintas, direcionadas às donas de casa, por exemplo, que são vistas como agradáveis, dependentes e afetuosas (Canton et al., 2023; Fiske et al., 2002). Estes dados correspondem à pesquisa dos autores com a população norte-americana, país de origem do instrumento (Fiske & North, 2015; Nicolas et al., 2022).

Embora a literatura dos estereótipos contenha discordâncias, os modelos poderiam ser vistos de maneira complementar. Ou seja, ainda que a categorização social dos estereótipos seja inevitável e cumpra uma função adaptativa ao permitir que as pessoas organizem o mundo social, é indispensável o debate acerca das dimensões fundamentais que estruturam os seus conteúdos. Sendo assim, o MCE pode funcionar como instrumento que alcance diferentes perspectivas teóricas. Como defendido pelos autores da Identidade Social, os estereótipos são imagens que reproduzem uma série de ideologias implícitas nas relações sociais, além de serem uma forma de denúncia da relação de competição de todos

os sujeitos que interagem socialmente (Cuddy et al. 2009; Fiske et al., 2002). E compreendemos que o MCE pode ser uma ótima ferramenta para não só evidenciarmos tais relações, mas também trazermos à tona o conteúdo implicitamente negativo de percepções elogiosas, sendo uma forma de ultrapassarmos a barreira da desejabilidade social na pesquisa sobre estereótipos. Entretanto, em função do modelo ser originário da língua inglesa, algumas nuances linguísticas, principalmente relacionadas a gênero, poderiam ser perdidas. Isto porque a língua portuguesa detém uma série de conteúdos generificados, não existindo gênero neutro e tendo muitas palavras que não permitem variações no gênero feminino, reduzindo muitas palavras, inclusive em flexão de número, para o gênero masculino. Essa ausência é problematizada pelos estudos de gênero, cujo frequente uso de “x”, do “@” ou mesmo da letra “e” em substituição ao artigo que indica gênero serve para evidenciar o caráter masculino da língua e a ausência de formas que nomeiem, de modo inclusivo, o plural que abrange elementos femininos e masculinos (Nodari, 2021).

Por isso, o objetivo do presente estudo foi, além de aplicar uma versão do instrumento MCE em uma amostra com brasileiros/as, adaptá-lo de modo a evitar a reprodução do caráter sexista do plural masculino no português. Essa opção permitiu preservar as especificidades de gênero —feminino e masculino— nos grupos sociais avaliados, possibilitando a comparação entre os resultados generificados. Assim, objetivou-se mapear não só aspectos intergrupais para grupos sociais de pertença, mas também o mapeamento comparativo, considerando o gênero dentro destes grupos sociais.

Alguns estudos, tais como Amorim et al. (2024) e Conceição (2020) também buscaram aplicar o MCE, mas sem incluir a etapa inicial de levantamento de grupos sociais de maneira aberta, como previsto no modelo. Os estudos, como também o de Couto e Koller (2012) utilizaram o instrumento com grupos sociais definidos pelos próprios autores de forma antecipada e independente, não havendo uma etapa em que os participantes pudessem expressar suas próprias percepções acerca de quais grupos sociais existem em seu contexto. O reconhecimento de que a utilização do modelo de forma completa ainda era uma lacuna na literatura, pelo menos até o período em que esta pesquisa foi realizada, reforçou a relevância da presente investigação. Nos interessava também compreender quais grupos sociais são mais frequentemente evocados pela amostra, ao invés de direcionar o estudo.

Além disto, a escolha pela variação linguística de gênero na aplicação do instrumento se deu em função do reconhecimento do papel da linguagem na construção dos estereótipos. A linguagem é uma construção social, histórica e variável dependendo de seu contexto. De modo análogo, é na produção do discurso que os sujeitos percebem as realidades que os circundam – e o fator linguístico tem influência direta nesse sentido. A respeito disso, torna-se relevante reconhecer a dimensão política da língua, a qual pode criar, fixar e perpetuar violências na medida em que as palavras usadas definem os lugares das identidades (Kilomba, 2019; Silva & de Oliveira Nunes, 2022).

Tendo em vista a importância dos estereótipos para compreensão da reprodução de moralismos e ideologias na sociedade e para os estudos sobre preconceito, bem como considerando a relevância do aspecto comparativo entre percepções de grupos de homens e mulheres, o presente estudo teve por objetivo compreender de que forma os/as os sujeitos, percebem a existência e as diferenças de grupos existentes na sociedade, testando a aplicabilidade do Modelo de Conteúdo de Estereótipos (MCE) para uma amostra de brasileiros/as do sul do país.

Método

O presente trabalho constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla, originada de uma investigação de doutorado, cujo objetivo geral foi replicar o estudo de Fiske e North (2015) utilizando o instrumento do MCE, considerando as variações linguísticas do português relacionadas ao gênero. De caráter exploratório e descritivo, a pesquisa foi desenvolvida em duas etapas complementares. A execução desta pesquisa recebeu a devida aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), sob o código 40091820.1.0000.5336 e parecer número 4.486.250.

Etapa 1 – Estudo exploratório (estudo qualitativo)

Na etapa inicial, de natureza exploratória e qualitativa, buscamos identificar os grupos sociais percebidos como existentes pela amostra de participantes. Participaram 36 pessoas, selecionadas por conveniência, que responderam *online*, em abril de 2021, à pergunta adaptada do estudo original de Fiske e North (2015), previamente traduzida e validada em estudos preliminares: “A sociedade

brasileira pode ser categorizada em diferentes grupos sociais, considerando tipos de profissão, idade, raça/etnia, religião, gênero etc. A partir da sua percepção, liste alguns desses grupos. Se possível, gostaríamos que você listasse no mínimo 5 que você percebe que existem. Mas tente listar intuitivamente todos que lhe ocorrerem à mente!". As respostas foram analisadas qualitativamente, resultando na identificação com maior frequência dos seguintes grupos sociais: feministas, indígenas, trans, de esquerda, homossexuais, professores, mulheres, idosos, militares, juízes, asiáticos, médicos, judeus, ricos, desempregados, pobres, negros e gordos.

Etapas 2 – Estudo principal (aplicação do MCE)

Com base nesses resultados, elaborou-se o instrumento utilizado na etapa quantitativa principal. Os grupos sociais emergentes foram inseridos no questionário do MCE em versões femininas e masculinas, a fim de contemplar as variações de gênero da língua portuguesa. Em seguida, o questionário foi aplicado a uma nova amostra de participantes, constituindo a etapa final da pesquisa, cujos resultados são apresentados e discutidos neste artigo.

Participantes

De modo a atingir os objetivos propostos, realizou-se um convite para a população geral, tendo como únicos critérios de inclusão: ter 18 anos ou mais, ser alfabetizado/a e expressar o devido consentimento por meio de assinatura online do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível na página inicial do questionário. Participaram dessa etapa 245 indivíduos que responderam o questionário através de uma plataforma online, apoiando-nos nos tamanhos de amostra dos estudos de Fiske et al. (2002) e Cuddy et al. (2009). Os/as participantes tinham entre 18 e 85 anos, sendo a média de idade de 37,20 anos. Eram, majoritariamente, pessoas que se identificavam com o gênero feminino (67,3 %), heterossexuais (84,5 %), solteiras (54,3 %), sem filhos (72,22 %), de classe econômica B, que corresponde a renda familiar entre 10 e 20 salários-mínimos (30,6 %), podendo ser definida como classe média alta, e em maior parte residentes de Porto Alegre/RS (76,7 %). Com relação à escolaridade, a maioria dos/as participantes tinha pós-graduação (43,3 %), e se autodeclarava como branco/a (94,3 %).

Instrumentos e procedimentos

Os/as participantes foram solicitados a classificar os grupos mencionados em duas listas de traços pré testados, uma refletindo atribuições associadas à Sociabilidade (S) e a outra à Competência (C). Essas listas de traços são propostas pelos estudos originais do MCE (Fiske et al., 2002; Fiske & North, 2015) e é constituída por 12 itens avaliando Sociabilidade e Competência em uma escala de classificação que vai de 1 *nada* a 5 *extremamente*. Os itens são dispostos em linhas e os grupos em colunas, com os respondentes inserindo o número 1 a 5 em cada um deles. Assim como realizado por Fiske et al. (2002) e Fiske e North (2015), os/as participantes foram solicitados a completar o questionário de acordo com o que imaginam ser a forma como a sociedade brasileira percebe os grupos mencionados, na tentativa de diminuir o fator de desejabilidade social. Esse foi previamente testado e validado para a língua portuguesa por Couto e Koller (2012). Algumas perguntas do questionário podem ser assim exemplificadas: "Vistas pela sociedade, quão confiantes (em si próprias) são [...]?" / "Vistas pela sociedade, quão amigáveis são [...]?" / "Vistas pela sociedade, quão capazes são [...]?" / "Vistas pela sociedade, quão confiáveis são [...]?". As atribuições associadas à Competência são: capazes, confiáveis, inteligentes, competentes, habilidosas e eficientes. As associadas à Sociabilidade são: confiantes, amigáveis, afetuosas, bem intencionadas, bom caráter e sinceras.

Análise de dados

Foram realizadas estatísticas descritivas, médias e desvios padrão para as dimensões Sociabilidade e Competência para todos os grupos em geral e por gênero. Além disso, foi realizada uma análise de *cluster k-means* com cinco grupos conforme a solução do estudo anterior. Por fim, foram realizados testes *t* independentes (comparando S e C) e pareados (por gênero) considerando o *d* de Cohen como tamanho do efeito e o $p \leq 0,05$ como significativo.

Resultados

A Tabela 1 apresenta a comparação das expectativas de S e C atribuídas a cada grupo social, considerando as versões femininas e masculinas dos grupos apresentadas no questionário, com base na

amostra geral. A Tabela 2 demonstra os valores de média resultantes. Quando comparado o gênero do grupo social, identificaram-se diferenças significativas de valores de média em quase todos os grupos sociais do questionário. O único grupo que não apresentou diferenças significativas de valor para ambas as dimensões foi de homens e mulheres indígenas, o que pode ser explicado pela falta de representatividade de pessoas indígenas nos mais diversos espaços sociais, o que pode gerar um certo distanciamento desse grupo social, uma vez que a maior parte da amostra foi de pessoas autodeclaradas brancas. Os grupos que não apresentaram diferença de valor para S foram indígenas, homens/mulheres em geral, juízes, asiáticos, médicos, judeus e ricos. Os que não apresentaram diferença de valor para a dimensão C foram: indígenas, de esquerda, idosos e militares.

Nos outros grupos sociais cuja diferença foi significativa, as mulheres foram percebidas como mais sociáveis (S) do que homens nos grupos: professoras, idosas, militares, desempregadas, pobres e negras. Elas apenas foram percebidas como mais competentes (C) que os homens quando no grupo social desempregadas, pobres e negras. Em todas as demais categorias em que se identificou diferença significativa, as médias atribuídas foram maiores para os homens.

Tabela 1

Grupos divididos entre mais sociáveis (S > C) e mais competentes (C > S)

Grupos Sociais	Grupos Sociais
Sociabilidade > Competência	Competência > Sociabilidade
Mulheres Indígenas	Mulheres Feministas
Mulheres Trans	Mulheres de Esquerda
Mulheres Professoras	Mulheres Lésbicas
Mulheres em Geral	Mulheres Militares
Mulheres Idosas	Mulheres Juízas
Mulheres Desempregadas	Mulheres Asiáticas
Mulheres Pobres	Mulheres Médicas
Mulheres Negras	Mulheres Judias
Mulheres Gordas	Mulheres Ricas
Homens Feministas	Homens Professores
Homens Indígenas	Homens em Geral
Homens Idosos	Homens Militares
Homens Desempregados	Homens Juízes
Homens Pobres	Homens Asiáticos
Homens Negros	Homens Médicos
Homens Gordos	Homens Judeus
Homens Gays	Homens Ricos

Tabela 2

Comparação das expectativas de Sociabilidade (S) e Competência (C) para os grupos sociais nas versões femininas e masculinas do questionário

Grupos Sociais	Conteúdo	Amostra Total				t	p	d
		Gênero do grupo social						
		Mulheres		Homens				
		M	DP	M	DP			
Feministas	Sociabilidade	2.707	0.864	3.190	0.911	- 8,76	< 0,001	- 0,56
	Competência	2.902	1.011	3.031	0.899	- 2,20	0,03	- 0,14
Indígenas	Sociabilidade	2.304	0.820	2.305	0.738	- 0,04	0,97	- 0,00
	Competência	2.113	0.797	2.148	0.755	- 0,90	0,37	- 0,06
Trans	Sociabilidade	2.095	0.827	2.206	0.767	- 2,65	< 0,01	- 0,17
	Competência	2.031	0.851	2.172	0.879	- 3,31	< 0,01	- 0,21
Esquerda	Sociabilidade	2.569	0.820	2.728	0.798	- 3,74	< 0,001	- 0,24
	Competência	2.671	0.975	2.688	0.833	- 0,34	0,73	- 0,02
Lésbicas/Gays	Sociabilidade	2.599	0.759	3.019	0.746	- 8,87	< 0,001	- 0,57
	Competência	2.801	0.896	2.973	0.838	- 3,76	< 0,001	- 0,24
Professor	Sociabilidade	3.784	0.590	3.614	0.556	3,75	< 0,001	0,24
	Competência	3.581	0.706	3.794	0.629	- 4,07	< 0,001	- 0,26
Mulher/Homem geral	Sociabilidade	3.416	0.598	3.336	0.547	1,44	0,15	0,09
	Competência	3.023	0.679	3.895	0.537	- 14,30	< 0,001	- 0,91
Idosos	Sociabilidade	3.691	0.662	3.307	0.719	7,49	< 0,001	0,48
	Competência	2.794	0.786	2.762	0.749	0,61	0,54	0,04
Militares	Sociabilidade	3.259	0.703	3.038	0.791	4,27	< 0,001	0,27
	Competência	3.544	0.774	3.449	0.993	1,46	0,15	0,09
Juízes	Sociabilidade	3.468	0.681	3.376	0.760	1,82	0,07	0,12
	Competência	3.988	0.750	4.105	0.698	- 2,18	0,03	- 0,14
Asiáticos	Sociabilidade	2.954	0.670	3.026	0.650	- 1,71	0,09	- 0,11
	Competência	3.595	0.831	4.022	0.687	- 9,84	< 0,001	- 0,63
Médicos	Sociabilidade	3.903	0.597	3.865	0.635	0,86	0,39	0,05
	Competência	4.084	0.656	4.424	0.546	- 7,24	< 0,001	- 0,46
Judeus	Sociabilidade	3.098	0.703	3.035	0.687	1,58	0,12	0,10
	Competência	3.381	0.762	3.796	0.617	- 10,61	< 0,001	- 0,68
Ricos	Sociabilidade	3.101	0.743	3.184	0.836	- 1,82	0,07	- 0,12
	Competência	3.218	0.927	4.065	0.632	- 13,89	< 0,001	- 0,89
Desempregados	Sociabilidade	2.616	0.723	2.346	0.641	5,55	< 0,001	0,35
	Competência	2.222	0.744	2.073	0.704	2,86	< 0,01	0,18
Pobres	Sociabilidade	2.487	0.794	2.329	0.724	3,74	< 0,001	0,24
	Competência	2.085	0.756	1.981	0.692	2,64	< 0,01	0,17
Negros	Sociabilidade	2.798	0.804	2.502	0.790	6,80	< 0,001	0,43
	Competência	2.469	0.775	2.378	0.746	2,17	0,03	0,14
Gordos	Sociabilidade	3.067	0.722	3.187	0.674	- 2,63	< 0,01	- 0,17
	Competência	2.556	0.782	2.722	0.709	- 3,69	< 0,001	- 0,24

Discussão

Os resultados demonstraram que, mesmo quando os grupos sociais estão com atribuição equivalente na comparação entre dimensões S e C, existem diferenças de valor para quase todos os grupos sociais na comparação generificada. É interessante que, mesmo que haja concordância quanto à posição ambivalente das dimensões S e C, as diferenças ainda são mais frequentemente no favorecimento aos grupos masculinos. Nas situações em que isto não se verificou, aspectos relacionados à manutenção de um conservadorismo sexista talvez possam servir de base para compreensão dos dados. Primeiro, levanta-se a consideração de que os grupos femininos apenas foram vistos como mais competentes (C) e mais sociáveis (S) que homens simultaneamente no caso das Mulheres desempregadas, pobres e negras. Como mais sociáveis (S) apenas mulheres professoras, idosas, militares, desempregadas, pobres e negras.

Considerando que pesquisas realizadas em diferentes contextos brasileiros também apontam uma marcante diferença na valorização social de determinadas profissões entre homens e mulheres, os resultados observados na amostra, ainda que majoritariamente porto-alegrense, mostram-se consistentes com essa tendência (Formiga et al., 2002). Os resultados refletem uma ideia de que mulheres só são reconhecidamente mais competentes que homens em situações em que a categoria profissão não se apresenta. Este fator já parece corroborar com a proposta de que os estereótipos estão a serviço de ideologias morais desiguais e conservadoras.

Mais do que isto, há uma imagem que pode ser evocada através dos grupos femininos mais valorizados em ambas as dimensões, que oscila entre a dona de casa e, possivelmente, a trabalhadora doméstica. Isso porque esses três grupos (as desempregadas, as pobres e as negras), quando femininos, são grupos que podem representar o que se espera tradicionalmente da mulher, especialmente da mulher negra: aquela sem emprego formal, dona de casa, que fica responsável pelas atividades domésticas, pelo cuidado da família, sendo responsável pela manutenção dos laços de afeto, diferentemente do homem desempregado, que pode ser visto como alguém que não cumpre o seu papel enquanto provedor. Além disso, as mulheres pobres e negras acabam podendo representar, em conjunto, um perfil de um local específico (e violento) que ideologicamente se “espera encontrar” nesses grupos, que seria associado ao papel de empregadas domésticas. São mulheres que despertam mais simpatia do que seus grupos masculinos em função do lugar que, socialmente, se espera que ocupem. As empregadas domésticas brasileiras são, em sua maioria, mulheres pobres e negras (Rodrigues, 2023). E esta posição social é dotada de ambiguidades afetivas, que reproduzem um sistema estratificado de gênero, classe e cor. Esse sistema, embora a serviço de um amplo processo de reprodução de desigualdade, é ao mesmo tempo dotado de afetividade. Assim sendo, o fato dessas mulheres receberem pontuações mais altas em S e C que os homens não significa, necessariamente, que são vistas como mais valorosas. Isso porque é a manutenção de sua posição social, útil ao sistema social desigual, que está em jogo. Em nome da suposta benevolência para com as mulheres donas-de-casa e/ou desempregadas e negras, está a necessidade de fazer com que se mantenham estáveis nessa posição, uma vez que é seu assujeitamento ao sistema social que sustenta a desigualdade evidente.

O fato de as mulheres negras terem obtido maior pontuação nas dimensões de S e C que os homens negros também pode ser explicado por outra via de suposição. Sob diversos prismas, autores clássicos da teorização sobre raça e gênero, como Lélia Gonzalez (2020) e Florestan Fernandes (1965), dissertam sobre a existência de um estereótipo associado à mulher negra, que pode denotar certa passividade naturalizada, sendo carinhosa, dedicada e envolvida com os afazeres domésticos, caracterizado pelo mito da mãe preta. No entanto, há também, o mito da mulata, que associa a mulher negra como objeto sexual, dotada de erotização exacerbada. Duas imagens antagônicas, distintas, mas ambas a serviço dos brancos (maior parte da amostra) e suas famílias (Reis, 2019). Assim, o maior valor de Sociabilidade e Competência para mulheres negras em relação aos homens também pode estar associado ao nível extremo de objetificação que as mulheres negras sofrem, segundo a qual elas “estão a serviço” de algo ou alguém. Este fenômeno é amplamente verificado e discutido em estudos do feminismo negro e de interseccionalidade (Kilomba, 2019; Pires, 2021).

Conforme já mencionado, é inegável o caráter conservador envolvido nessa suposta valorização desses grupos femininos. Diante desse fato, é possível reconhecer certo caráter sexista ligado às manifestações supostamente elogiosas. Este é o pressuposto do sexismo ambivalente, o qual pode ser apresentado em duas formas principais: hostil e benevolente. Enquanto o primeiro seria uma expressão

evidente do preconceito e do repúdio em relação às mulheres, o segundo se apresentaria por meio de manifestações positivas aparentemente não preconceituosas em relação a elas (Formiga et al., 2002). Ou seja, os resultados demonstram uma suposta “valorização” de certos ‘tipos’ de mulheres, ao mesmo tempo em que reforçam seu papel social a partir de características de dependência, fragilidade e sensibilidade.

No constructo do MCE, a ambivalência é explicada utilizando os termos *envious* e *paternalistic*, ou seja, de inveja ou paternalistas. Estereótipos de inveja corresponderiam aos grupos que são percebidos como muito competentes, mas ao mesmo tempo antipáticos, e os paternalistas direcionados aos grupos que, por não representarem competição, despertam simpatia. Poderíamos inferir que quando estamos fazendo comparações sobre gênero, os estereótipos paternalistas seriam possíveis expressões do sexismo benevolente, assim como os estereótipos de inveja podem ser os que expressam o sexismo hostil. Além de isso poder ser exemplificado através dos grupos anteriormente mencionados (as mulheres desempregadas, pobres e negras), cabe de mesma maneira demonstrar a comparação sobre os grupos sociais professores/as e idosos/as.

Em ambos os casos, os grupos femininos receberam maior S. Os homens professores foram identificados como mais competentes, enquanto o grupo de idosos não apresentou diferenças para C. Isso demonstra que estes grupos quando femininos despertariam, portanto, o estereótipo paternalista. Isso porque mulheres idosas tendem a ser vistas como frágeis, incapazes, que necessitam cuidado (Locatelli & Cavedon, 2014).

Sobre o grupo Professores, nos apoiamos no estudo de Dametto e Esquinsani (2015), que demonstram que durante a expansão da escolarização no país houve o fortalecimento da narrativa de que o “dom natural” da mulher na condição de mãe seria um traço positivo para a presença feminina na docência, contribuindo para um processo de “feminização” do magistério, mas com o objetivo de “baratear” a mão de obra do magistério. A exaltação de qualidades como dedicação, altruísmo e sacrifício (características socialmente relacionadas ao universo feminino, principalmente materno) ganharam força de valia, fazendo com que o magistério se associasse à maternidade, assemelhando-se ao cuidado doméstico. Esse processo de feminização é também o que explicaria o déficit de remuneração verificado na educação infantil e em séries iniciais, característico até os dias de hoje (Dametto & Esquinsani, 2015). Há, ademais, uma associação de que uma opinião especializada sobre algum assunto, no ponto de vista científico ou acadêmico, vem do professor homem, que representa a imagem da excelência acadêmica, universitária, enquanto a docência feminina fica atribuída aos elementos maternos e menos valorizados, como as professoras de séries iniciais, não dotadas de “autoridade teórica” (Dametto & Esquinsani, 2015, p. 152).

Sobre os demais grupos masculinos percebidos como mais sociáveis e competentes do que os femininos, tem-se homens feministas, homens trans, homens gays e homens gordos. É interessante pensar que esses são grupos que não estão elencando um traço laboral explicitado, e que, da mesma maneira, são mais valorizados quando masculinos. Imagina-se que, por trás de uma forte cultura de opressão que associa o valor da mulher com a qualidade objetificada do seu corpo ou a adequação a padrões estéticos e à lógica heteronormativa, os grupos que fogem a essas expectativas associadas ao feminino ideal acabam sendo mais desvalorizadas, tais como as mulheres trans, mulheres lésbicas e mulheres gordas. Mulheres trans e lésbicas não despertam simpatia numa lógica heteronormativa, pois não se submetem a ela (Fonseca et al., 2022), assim como as mulheres gordas não correspondem ao ideal estético hegemônico (Arruda & Miklos, 2020). Parece que, quando homens, esses grupos carregam um menor peso de aversão social sobre seus corpos.

Possivelmente, os grupos de mulheres trans, lésbicas e gordas também recebem menor valorização porque nada fazem para a garantia do *statu quo*. Pelo contrário, é possível pensar que uma possível liberdade feminina para viver a própria performance de gênero e sexualidade fora dos padrões convencionais possa incutir em desvalorização por representam resistência. Isto também pode ser a explicação para o grupo mulheres feministas. Essas despertam menos simpatia que o grupo masculino correspondente, também talvez por mulheres envolvidas com engajamento cívico e político estão mais distantes do estereótipo de subserviência tradicional. São mulheres não tradicionais, como defendido por Fiske et al. (2002), que são vistas como mais ameaçadoras ao *statu quo* e às normas sociais hegemônicas —vistas, ademais, como mulheres que desejam ocupar “espaços masculinos”.

As categorias masculinas favorecidas apenas na dimensão de C foram as de professores, homens em geral, juízes, asiáticos, médicos, judeus e ricos. Com relação ao grupo homens em geral, é interessante

destacar que esse grupo foi visto como mais competente, mas as mulheres em geral não foram percebidas como mais sociáveis. Isso demonstra também um elemento sexista, mas fora da lógica do paternalismo, pois elas não foram favorecidas em nenhuma das dimensões. Talvez, a categoria “em geral” permita interpretações múltiplas, mas a razão pela qual homens são mais competentes do que mulheres, no geral, parecem estar a serviço de reforçar lógicas tradicionais culturais. Vale reforçar ainda que a grande maioria das participantes deste estudo são pessoas autodeclaradas brancas, o que faz pensar a respeito de qual definição de “em geral” foi utilizada no momento do preenchimento do questionário. Tendo em vista a lógica colonial ainda muito presente e a pouca reflexão a respeito da branquitude e de seu pacto narcísico (Bento, 2022), é possível que a definição de homens ou mulher “em geral” reflita estereótipos associados às pessoas brancas, sendo os não brancos vistos como categorias a parte.

Outro aspecto que se pode observar é de que os grupos sociais de alta valorização social, que seriam os de médicos, juízes e ricos, receberam atribuições maiores de Competência quando homens. Embora as mulheres também tenham sido alocadas da mesma forma pelos participantes no que diz respeito à posição (mais competente, menos sociável), elas estão mais abaixo em termos de valor do que os grupos masculinos. Ou seja, aos grupos femininos dessas categorias é reconhecido o grau de Competência, mas ainda de maneira subordinada aos pares masculinos, reforçando o caráter sexista dos dados.

Conclusão

O presente artigo teve por objetivo compreender de que forma uma amostra de brasileiros/as do sul do Brasil percebem a existência e as diferenças de grupos existentes na sociedade, testando a aplicabilidade do Modelo de Conteúdo de Estereótipos (MCE) para uma amostra brasileira. Considerações a respeito das variações linguísticas do português com relação a gênero foram respeitadas e demonstraram que a variável gênero exerceu importante influência na atribuição das dimensões Sociabilidade e Competência, reforçando a importância da generificação dos grupos na aplicação do instrumento.

Os resultados identificaram forte caráter sexista na medida em que, independentemente do subgrupo, os homens tiveram maior valor de atribuição quando comparados às mulheres, principalmente com relação à dimensão de Competência. Essa situação se fez presente especialmente quando a categoria grupal enunciava a variável profissão, ou seja, com exceção da categoria profissional professor/a, em todas as demais, os grupos de homens foram vistos como mais competentes do que as mulheres. A explicação para que o grupo de mulher tenha sido descrito como mais competente na categoria docência pode estar relacionada com o fato da docência, especialmente na educação básica e infantil, ser vista a partir da exaltação de qualidades como dedicação, altruísmo e sacrifício (características socialmente relacionadas ao universo feminino, principalmente materno, e pouco valorizadas no mercado de trabalho).

O viés sexista dos resultados também pôde ser observado na medida em que somente as categorias de mulheres Desempregadas, Pobres e Negras terem sido percebidas como mais competentes do que seu grupo correspondente masculino. A ideia de mulher tradicional —desempregada, dona de casa e responsável pelo cuidado dos filhos e da casa, representada aí também pelas empregadas domésticas— pareceu permear os resultados do presente estudo. Embora num primeiro momento esses dados possam ser vistos como uma aparente valorização dessas mulheres em relação aos grupos correspondentes masculinos, é fundamental que se reconheça que os estereótipos associados às mulheres donas-de-casa e empregadas domésticas como sendo mais dóceis, frágeis e sensíveis, reforçam posições sociais menos valorizadas, úteis para a manutenção das desigualdades sociais, e definem uma identidade em termos de sua dependência ou co-dependência.

A reprodução desse sexismo ambivalente —representado pela manifestação não necessariamente explícita do preconceito— contribui para a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres, o que se traduz em diferenças salariais e sobrecarga causada pela dupla ou tripla jornada de trabalho aliada à responsabilidade primordial de cuidado com os demais. Não só, ilustram como ainda parecem existir barreiras subjetivas para o acesso de diferentes grupos de mulheres no espaço social- fazendo com que aquelas que fazem parte de espaços não tradicionalmente esperados encontrem mais obstáculos nas garantias de direitos igualitários, em diferentes contextos. O afeto positivo derivado das percepções dos estereótipos sexistas benevolentes e paternalistas em nada

oferece para auxiliar as mulheres em projetos de mudança pessoal e social. Pelo contrário, eles servem para assujeitar às mulheres em posições menos valorizadas, mas necessárias a manutenção da ordem social, pressionando-as a papéis tradicionais- conservadores, sexistas e moralistas.

Os resultados do presente estudo corroboram com tais afirmativas. Há diferenças entre os grupos de mulheres que ameaçam o *statu quo*, como as feministas, as com carreira profissional, as lésbicas e as trans, e por isso são vistas com desconfiança e antipatia, e aquelas que correspondem ao esperado pelo sistema patriarcal, como as donas-de-casa. Foi possível identificar que as barreiras sociais encontradas por grupos femininos são diferentes e se agrupadas a outras marcas interseccionais tais diferenças ficam ainda mais explicitadas, como é o caso das mulheres negras. Ainda que partindo de extremos distintos, ambas posições reforçam o estereótipo de subjugação das mulheres negras aos brancos.

Referências

- Allport, G. W. (1954). *The nature of prejudice*. Addison-Wesley.
- Amorim, A. K. F., Conceição, A. C., Pereira, C. R., & Do Bú, E. A. (2024). O papel legitimador do conteúdo estereotípico para a diferença salarial entre homens e mulheres. *Revista de Psicologia Da IMED*, 16(1), 3-21. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2024.v16i1.5170>
- Arruda, A. S., & Miklos, J. (2020). O peso e a mídia: estereótipos da gordofobia. *LÍBERO*, 23(46), 111-126. <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1116>
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Böhm, R., Rusch, H., & Baron, J. (2020). The psychology of intergroup conflict: A review of theories and measures. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 178, 947-962. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2018.01.020>
- Canton, E., Hedley, D., & Spoor, J. R. (2023). The stereotype content model and disabilities. *The Journal of Social Psychology*, 163(4), 480-500. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.2017253>
- Conceição, A. C. (2020). O papel do conteúdo dos estereótipos na discriminação de gênero. Em M. E. O. Lima, D. X. D. França, & R. M. Ko. Freitag (Orgs.), *Processos psicossociais de exclusão social* (pp. 89-100). Editora Blucher. <https://doi.org/10.5151/9786555060393-04>
- Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2012). Warmth and competence: stereotypes of the elderly among young adults and older persons in Brazil. *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation*, 1(1), 52-62. <https://doi.org/10.1037/a0027118>
- Cuddy, A., Fiske, S., Kwan, V., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J., & Ziegler, R. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology*, 48(1), 1-33. <https://doi.org/10.1348/014466608X314935>
- Dametto, J., & Esquinsani, R. S. S. (2015). Mãe, mulher... professora! Questões de gênero e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 37(2), 149-155. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v37i2.27127>
- Fiske, S., Cuddy, A., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878-902. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.82.6.878>
- Fiske, S., & North, M. (2015). Measures of stereotyping and prejudice: Barometers of bias. Em G. J. Boyle, D. H. Saklofske, & G. Matthews (Eds.), *Measures of personality and social psychological constructs* (pp. 120-138). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-386915-9.00024-3>
- Fernandes, F. (1965). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (6th ed.). Editora Contracorrente.
- Fonseca, L. K. da S., de Araújo, L. F., Salgado, A. G. A. T., Gomes, H. V., de Jesus, L. A., & Alves, M. E. da S. (2022). Representações sociais a respeito da velhice LGBT sob a ótica de mulheres lésbicas brasileiras. *Salud & Sociedad*, 12, e3508. <https://doi.org/10.22199/issn.0718-7475-3508>
- Formiga, N., Golveia, V., & Santos, M. N. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: Sua adaptação e relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 25-34. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>
- Giger, J. C., Orgambídez-Ramos, A., Gonçalves, G., Santos, J., & Gomes, A. (2015). Evidências métricas da adaptação da escala de dominância social numa amostra portuguesa. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 143-151. <https://doi.org/10.15689/ap.2015.1401.16>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Kleppesto, T. H., Czajkowski, N. O., Sheehy-Skeffington, J., Vassend, O., Roysamb, E., Eftedal, N. H., Kunst, J. R., Ystrom, E., & Thomsen, L. (2024). The genetic underpinnings of right-wing authoritarianism and

- social dominance orientation explain political attitudes beyond Big Five personality. *Journal of Personality*, 92(6), 1744-1758. <https://doi.org/10.1111/jopy.12921>
- Liaquat, U., & Jost, J. T. (2023). Expectations about system justification predict the ideological gap in attitudes towards immigrants. *Scientific Reports*, 13, 11309. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-38347-8>
- Lippmann, W. (1922). *Public opinion*. The Free Press.
- Locatelli, P. A. P. C., & Cavedon, N. R. (2014). Representações sociais e a captação de pessoas para trabalhar com idosos. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 13(1), 9-34. <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/2619>
- Ho, A., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social dominance orientation: Revisiting the structure and function of a variable predicting social and political attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38(12), 1610-1627. <https://doi.org/10.1037/e514892012-001>
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (2020). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. Em J. T. Jost (Ed.), *A Theory of System Justification* (pp. 70-95). Oxford University Press.
- Nicolas, G., Bai, X., & Fiske, S. T. (2022). A spontaneous stereotype content model: Taxonomy, properties, and prediction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 123(6), 1243-1263. <https://doi.org/10.1037/pspa0000312>
- Nodari, S. (2021). Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. *Revista Estudos Feministas*, 29, e74197. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n374197>
- Operario, D., & Fiske, S. T. (2001). Effects of trait dominance on powerholders' judgments of subordinates. *Social Cognition*, 19(2), 161-180. <https://doi.org/10.1521/soco.19.2.161.20704>
- Pires, E. (2021). A blogosfera materna é branca: Trabalho, feminismos, raça e classe na blogosfera materna brasileira. *Revista Ártemis: Estudos de Gênero, Feminismo e Sexualidades*, 31(1).
- Reis, M. (2019). O pacto narcísico da casa-grande: A representação das mulheres negras a partir de Lélia Gonzalez e Gilberto Freyre. *Humanidades em Diálogo*, 9, 93-101. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2019.154274>
- Rodrigues, R. A. (2023). *The Invisible Workforce: Domestic Workers and Labor Rights in Brazil* [Tese de Doutorado, American University]. ProQuest Dissertations & Theses. <https://search.proquest.com/openview/3e4cc1c98cf3f7e7f2d7f2ae4e033f83/1?pq-origsite=gscholar>
- Rubin, M., Owuamalam, C. K., Spears, R., & Caricati, L. (2023). Social identity explanations of system justification: Misconceptions, criticisms, and clarifications. *European Review of Social Psychology*, 34(1), 268-297. <https://doi.org/10.1080/10463283.2023.2184578>
- Silva, L. L., & de Oliveira Nunes, E. S. (2022). Reflexões sobre língua (gem) neutra no português brasileiro. *Crátilo*, 15(1), 113-133. <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/cratilo/article/view/3767>
- Schofield, T. P., Suomi, A., & Butterworth, P. (2022). Is the stereotype of welfare recipients associated with type of welfare state regime? A cross-national meta-regression of the stereotype content model. *Journal of Applied Social Psychology*, 52(4), 201-209. <https://doi.org/10.1111/jasp.12843>
- Tajfel, H. (1984). Intergroup relations, social myths and social justice in social psychology. Em H. Tajfel (Ed.), *The social dimension* (Vol. 2, pp. 695-715). Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. Em W. G. Austin, & S. Worchel (Eds.), *Organizational identity: A reader* (pp. 56-65). Books/Cole. <https://doi.org/10.1093/oso/9780199269464.003.0005>
- Thiele, M. (2022). Categories, stereotypes, images, and intersectionality. *New Perspectives on Imagology*, 30, 277-297. https://doi.org/10.1163/9789004513150_015
- Yzerbyt, V., Rocher, S., & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers, & S. A. Haslam (Eds.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 21-50). Blackwell.

Contribuição de autores (Taxonomia CRediT): 1. Conceitualização; 2. Curadoria de dados; 3. Análise formal; 4. Aquisição de financiamento; 5. Pesquisa; 6. Metodologia; 7. Administração do projeto; 8. Recursos; 9. Software; 10. Supervisão; 11. Validação; 12. Visualização; 13. Redação: esboço original; 14. Redação: revisão e edição.

M. V. B. contribuiu em 1, 2, 3, 5, 6, 12, 13, 14; S. D. C. em 10, 11, 12, 13, 14; A. B. C. em 1, 10, 11, 12, 13, 14.

Editora científica responsável: Dra. Cecilia Cracco.